

A BUSCA DO INENCONTRÁVEL: UMA MISSÃO POLITICAMENTE (IN)CORRETA

LUIZ C. BORGES¹
(UNICAMP)

1. COMO E POR QUÊ

Proponho, neste trabalho, tecer algumas considerações acerca do politicamente correto, enquanto prática discursiva relacionada a um momento histórico definido, no qual assiste-se à tentativa de institucionalizar um conjunto de regras ou normas, visando promover o reordenamento das relações entre os diversos segmentos da sociedade. Reordenamento orientado por uma prática ética que se revela imbuída de maniqueísmo, visto que submetida à dicotomia correto/incorreto. O complexo de posturas, derivado desta ética e deste reordenamento, tem como atribuição funcionar como aparelho normatizador de práticas sociais, principalmente no que se refere ao exercício de um controle explícito da prática linguageira, a fim de que sejam evitados os comportamentos linguísticos estigmatizantes. Com vistas a este objetivo, a linguagem é considerada uma espécie de espelho revelador da rede de (des)considerações que os membros de uma sociedade nutrem uns em relação aos outros.

O modo de conduzir esta reflexão filia-se à Análise do Discurso (doravante AD), cujo dispositivo teórico-operacional permite, lidando com a materialidade do enunciado, enfocar o complexo das condições de produção da discursividade, ou seja, permite acessar o magma da historicidade na qual se encontram imersos os sentidos.

Evidentemente, esta minha reflexão remete, também, a uma certa maneira de fazer a leitura do politicamente (in)correto. Maneira que, por sua vez, reflete uma posição particular de interpretação deste fenômeno, ainda muito recente (só começa a se disseminar a partir dos anos 80, tendo como centro de irradiação os Estados Unidos). De acordo com esta minha leitura, o movimento pelo politicamente correto conjuga duas vertentes de matiz autoritário: a) apresenta-se como uma espécie de guia orientador quanto à forma de conter publicamente hábitos que possam ser considerados preconceituosos, b) funciona como um parâmetro (um cânone) censório, na medida em que faz uso de pressão social para enquadrar, em posição de opróbrio, os que incorrem em atitudes atentatórias ao que se auto-legimita como politicamente correto. Assim constituídas, a ética e a ação politicamente corretas acabam por estabelecer uma

¹ Linguista, Pesquisador Adjunto do CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro, Doutorando em Linguística no IEL/UNICAMP.

vigilância e uma censura altamente irritantes (Coelho, 1995:10). Um bom exemplo desta dupla função do politicamente correto é o guia **Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência**, produzido por uma equipe de pesquisadoras da USP, cujo objetivo é, segundo uma de suas autoras, “mostrar a diferença entre homem e mulher e evitar um tratamento homogeneizante masculino”² (Veja, 28.8.96:54).

O comportamento social, a linguagem, a indumentária, a comida ou a bebida, a leitura politicamente corretos prestam-se a um número indefinido de leituras analíticas. É tanto um fenômeno político-social da história recente, originado nos Estados Unidos (fato, aliás, altamente significativo para a compreensão das marcas características deste movimento, incluindo-se aí a sua prática discursiva), como uma forma de controle social sempre vigilante, a evitar que sejam cometidos atos que violentem, ou que atentem aos direitos, dos vários segmentos sociais, seja por alusão à cor, à origem étnica, à condição social, sexual ou à atividade econômica, etc.

A prática social, orientada segundo o parâmetro do politicamente correto, desdobra-se em subcorrentes mais especializadas como, por exemplo, o movimento pelo ecologicamente correto, ligado especificamente à questão da preservação do meio ambiente. Desta forma, o cânone do politicamente correto, em suas várias instâncias, impõe-se generalizadamente como forma de sanção social e difunde-se por todo o tecido social, criando instrumentos para coibir formas de linguagem ou de práticas sociais que sejam consideradas lesivas, quer a segmentos sociais (via de regra, as minorias), quer aos eco-sistemas.

São muitas as maneiras pelas quais o politicamente correto pode ser interpretado: a) reação política (ecológica) para proteger o direito daqueles que historicamente vêm sendo discriminados por segmentos de maior poder; b) modismo típico dos anos 80/90; c) prática censória que põe em evidência comportamentos socialmente reprováveis; d) ética que se constitui a partir da insistência quanto à reformulação da linguagem, coibindo certas expressões de nomeação, literais ou metafóricas, dadas como discriminatórias (o termo negro, por exemplo), e proscrevendo piadas sexistas ou étnicas, etc.

Ao se instituir, entretanto, como vigilância e patrulhamento, a militância politicamente correta silencia, no não-dito da sua fraseologia³, acerca das origens sócio-históricas daquilo que tão acerbamente deseja modificar. Estabelece uma prática discursiva que condena atitudes e palavras discriminatórias, sem contudo se pronunciar, via de regra, a respeito dos condicionantes históricos que se encontram na “posição inaugural do sócio-histórico e do imaginário social” (Castoriadis, 1982:413), e que fornecem sustentação ideológica a essas atitudes e palavras politicamente incorretas.

Ir, no entanto, para além da fraseologia militante exigiria, necessariamente, que fossem perpetradas ações modificadoras da estrutura social e das relações dela originadas. Exigiria uma prática que foge à competência dos que acreditam que

² Com relação à questão gramatical dos gêneros em português, ver BORGES, Luiz C. (1982). A influência machista na gramática portuguesa. In: **Espaço Científico**, 0:11-27.

³ Considera-se o **não-dito** como aquilo que subjaz ao que é proferido. Nesta acepção, o não-dito não é pura ausência, mas uma presença significativa (discursivamente) que se não verbaliza.

somente “o seu racicínio provocará necessariamente a queda do estado de coisas existentes, quer pelo simples poder de seu pensamento individual, quer por tentarem conquistar a consciência de todos” (Marx & Engels, s.d.:8).

Do ponto de vista do reordenamento ensejado pelo discurso dos militantes da ética pelo politicamente correto - sempre tendo como referencial que, em quaisquer instâncias, é com uma rede de valores/attitudes socialmente constituídos que se está lidando -, a busca pela palavra ou pelo comportamento historicamente descomprometidos redonda inócuo. Propor a simples substituição de um termo “marcado”, ou de formas genéricas, por um sinônimo, ou eufemismo ou expressão descritiva, como tem sido propugnado pelos adeptos deste movimento, apesar de pôr em evidência certos efeitos de sentido, sintomas de preconceitos, não resolve o problema das assimetrias sociais, antes, o dissimula. Substituir a palavra, sem alterar a arquitetura discursiva que sustenta o seu sentido, não altera as relações de significância que esta mantém com o complexo histórico de valores e attitudes próprios de uma sociedade.

Deste modo, não adianta simplesmente substituir **negro** por **afro-x**, ou **branco** por **euro-x**. Melhor ainda, não basta proscrever o uso de negro, se não se proscreve, por simetria, o uso de branco, para referir-se a pessoas. E nenhuma das duas attitudes se revelará frutífera se os fatores sócio-históricos, que sustentam o magma de sentidos dessas palavras, são mantidos.

As palavras, isoladamente, não são o(s) sentido(s) de que estão possuídas. É mediante um processo histórico que as palavras são investidas de sentidos. Isto quer dizer que os sentidos são constituídos pela materialidade histórico-social. Por esta razão, a simples troca de palavras não anula o sentido, pois este deslizará para a outra palavra eleita. Além do mais, as palavras não suportam um sentido isolado. Cada palavra é um feixe de múltiplos sentidos, “um feixe de remissões”, pois, “a linguagem se relaciona com o magma das significações” (Castoriadis, op. cit.:390 e 369). Destarte, a busca pela palavra desprovida de sentidos múltiplos, a busca pela palavra isenta, termina por resumir-se a uma idealização fraseológica.

É apenas por um efeito discursivo/ideológico que sofremos a ilusão de que as palavras suportam o mundo. As palavras têm sua cota evidente de contribuição para a instituição da realidade tal qual a representamos, mediante a leitura que o imaginário e o ideológicos nos possibilitam. Contudo, a ação das palavras está condicionada a um complexo processo de ordem histórica e social.

Do que se conclui que a insistência à fraseologia, idealizada como meio de promover o reordenamento das relações sociais, apenas dissimula o fato de que essas relações e seus efeitos discursivos refletem e refratam as condições sócio-culturais. Estas, por sua vez, são formadas na base das relações históricas e produtivas das sociedades (formação do imaginário social e formação ideológico-discursiva). Por conseguinte, será tão-somente ao atingir o nível das estruturas formadoras da sociedade que, de fato, poderão ocorrer alterações nas práticas e nas relações sociais visíveis. Isto significa dizer que as pequenas alterações cotidianas têm um peso na reformulação da sociedade, na medida em que produzem novos efeitos de sentido. Mas que é somente

ao afetar sistematicamente o conjunto histórico-social que se torna possível reordenar as relações sociais.

O processo contínuo de alterações abala a estrutura das relações sociais ao modificar as condições históricas vigentes e, por consequência, redundam, ao longo do tempo, na constituição de um novo imaginário social e na formação de um novo magma ideológico. Assim, é possível, além de desejável, a instituição de um novo complexo histórico-social mediante o qual, na materialidade das práticas sociais e discursivas dos indivíduos, os diversos segmentos sociais, mantida e preservada a sua alteridade, estejam em posição simétrica, no que tanje à sua representatividade. Neste sentido, o movimento pelo politicamente correto pode oferecer uma contribuição relevante, ao tornar visíveis comportamentos e atitudes impregnados de preconceitos, os quais, via de regra, passam por naturais e “inocentes”. O politicamente correto nos expõe às nossas harmatias⁴, e exige de nós uma confrontação permanente com a nossa herança social e linguística.

Qualquer que seja, entretanto, o entendimento que se tenha sobre este movimento, há algo que, do meu posto de observação, parece ser comum à sua prática: o seu caráter de sanção. Taxar uma expressão/comportamento de politicamente correto ou incorreto é arbitrar normas de (bom) comportamento e instituí-las como condutoras para o conjunto da sociedade. Em outras palavras, é legitimar, universalizar, um ponto de vista particular. A aplicação deste tipo de normatização filtra do conjunto de comportamentos do cidadão aqueles que, a partir de uma dada posição interpretativa, são compatíveis com a boa sociedade; execrando aqueles que considerem deletérios.

É este caráter de sanção que confere ao discurso politicamente correto um poder de divisor entre o bom e o mau cidadão. Por sua vez, dizer “**X é politicamente (in)correto**”, institui-se como forma de apontar (de pôr em evidência uma harmatia social) uma ação ou ato de fala que se enquadre, ou não, no conjunto de comportamentos recomendáveis para um cidadão exemplar. De igual modo, esta fórmula estabelece um ato de censura e de reprovação social (ritual de catarse). Estas duas atitudes conferem a este tipo de discurso características do discurso autoritário.

Considerando que o discurso politicamente correto apresenta-se como um discurso autoritário, é fácil entender porque de sua prática, por vezes, resultam propostas que, enquanto bandeira de luta, depreciam o próprio movimento. Tal é o caso, por exemplo de, apelando para uma (falsa) etimologia, censurar o uso da palavra negro/preto em situações como: “**a coisa está preta**”, “**foi um período negro na nossa história**”, argumentando que tais usos fazem alusão à cor negra de diversas etnias ou à escravização sofrida por estas; ou ainda, quando propõem mudar termos como “**history**” ou “**person**” alegando que as sílabas **his** e **son** se refeririam ao domínio patriarcal; ainda um outro bom exemplo, é a recomendação para, referindo a um conjunto de pessoas, usar as formas diferenciadoras de gênero, cuja prática leva à produção de bizarrices linguísticas, na escrita, e a um caos na oralidade e na

⁴ No teatro clássico, é a falha trágica, aquela que conflita a personagem com o ethos social, e que deve ser eliminada para alcançar a harmonia (cf. Boal, 1975). No contexto deste trabalho, a partir de Boal, emprego harmatia tanto para a falha individual como para a social, tendo como referência a instituição de um mundo politicamente correto.

enunciação: ao invés de os professores, dizer, os professores e as professoras, os alunos e as alunas. Para ser coerente, deveríamos dizer também, os músicos e as músicas, os oráculos e as oráculos, os políticos e as políticas; em lugar de eles, eles e elas; na frase “o professor encontrou-os quietos”, se o **os** estiver se referindo ao conjunto de alunos, o politicamente correto seria dizer “o professor encontrou-os/as quietos/as”; “chegaram os/as estagiários/as”.

Não considero tais situações-limites como desvios extremistas de uma boa e nobre causa (a que visa reparar, nas relações sociais ou no discurso, danos que os segmentos historicamente hegemônicos tenham infligido a outros minoritários), mas como conseqüência do caráter sectário e censório deste tipo de discurso, e da forma como ele vem sendo posto em prática por organizações em defesa de minorias, para as quais o discurso e o patrulhamento politicamente corretos transformam-se, no mais das vezes, em atos de revanche, ou, no mínimo, de desagravo. Além disso, algumas das situações lingüísticas, mostradas acima, podem levar a um impasse. A ordem em que aparecem as formas diferenciadoras de gênero pode ser questionada. Visto que, discursivamente, a ordem dos fatores produz diferentes efeitos de sentido, por que a forma masculina precede a feminina? Não seria isso uma evidência discursiva de sexismo? E se inverter a ordem, não o seria do mesmo jeito? Como solucionar este tipo de impasse, uma vez que há sempre a possibilidade do/a representante de um dos gêneros se sentir preterido/a?

2. POLITICAMENTE INCORRETO É ...

O discurso autoritário apresenta-se como aquele em que há ausência de referente, em que não há interlocutores e, destarte, nenhum tipo de reversibilidade; um tipo de discurso no qual a polissemia é controlada (Orlandi, 1987:15-16 e 154), tendendo mesmo à monossemia, ou, ao menos, à institucionalização de um sentido que deve ser o obedecido.

Um bom exemplo de discurso autoritário são as normas ortodoxas, os dogmas, os axiomas e as definições. Um enunciado do tipo “**X É Y**”, onde X é um sujeito e Y um predicativo, inscreve-se perfeitamente na tipologia dos discursos autoritários. Uma definição estabelece uma direção ao sentido, que deve ser esta e nenhuma outra. Ainda que o mesmo objeto possa receber inúmeras definições, cada uma delas é irreversível quanto ao estabelecimento de um sentido posto em relevo. Outros bons exemplos são o discurso pedagógico, os enunciados de regulamentação (os manuais). Um enunciado característico do discurso politicamente correto apresenta-se com uma estrutura definicional: X (não) é politicamente (in)correto.

2.1. O politicamente correto e seu funcionamento

O discurso (o comportamento, a linguagem) politicamente correto configura-se como uma estratégia para denunciar situações em que indivíduos, ou grupos, ou segmentos, ou classes são objeto de desvalorização, de estigmatização ou de

discriminação por parte de outros grupos, ou segmentos. Comportamento que se materializa em enunciados ou em gestos que conotam a atitude socialmente indesejada: as piadas sexistas, por exemplo, que colocam a mulher em situação de objeto (sexual) ou de ser inferior. A ética e a militância politicamente corretas censuram este tipo de linguagem e, concomitantemente, buscam estabelecer um comportamento lingüístico que prime pelo uso de enunciados e/ou de palavras limpas, neutras, higiênicas, assépticas. Palavras acima de quaisquer suspeitas. Palavras que sejam, enfim, livres de qualquer ideologia.

É certo que “o movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos óbvios” (Possenti, 1994:8) (nos Estados Unidos, tem-se revelado até mesmo indispensável à sobrevivência física e cultural de grupos minoritários). Contudo, ao analisá-lo como produtor de discurso autoritário, é preciso considerar, de saída, a própria denominação do movimento: politicamente correto. Aí reside a questão seminal do caráter autoritário deste tipo de discurso. A partir de qual posição enunciativa, um enunciado (comportamento) qualquer define-se como correto? Qual é este lugar discursivo (apelo a uma dada formação/posição histórico-enunciativa-ideológica) a partir do qual é-lhe facultado estabelecer as suas ações sociais e a sua prática discursiva como politicamente corretas? Ora, esta é uma questão que resvala, inevitavelmente, para problemas relativos à posição de classe, à formação discursiva, e à formação ideológica dos sujeitos do discurso.

Não resta dúvida que, enquanto representante de segmentos minoritários organizados para fazer valer seus direitos na representação de si mesmos (assumir-se como alteridade), ou de controlar o modo como os demais os representam (nos livros didáticos, por exemplo), o movimento pela instituição de uma ética politicamente correta expressa um avanço político, no que se refere às relações entre os vários segmentos que compõem a sociedade.

O problema não é esse. O estabelecimento de respeito às diferenças é indispensável, assim como o é todo procedimento que forneça visibilidade às alteridades. O cerne da questão reside, em primeiro lugar, no esquecimento das causas radicais das relações sociais e, em segundo, na arbitrariedade com que o patrulhamento politicamente correto impetra suas ações de coerção e/ou censura, ao utilizar dogmaticamente a fórmula “x não é politicamente correto”. O uso abusivo desta fórmula, como se fosse uma verdade evidente em si mesma, faz com que a militância degrida em redutores da sociedade.

Harold Bloom, crítico literário norte-americano, em entrevista à Folha de São Paulo (Caderno Mais de 06.08.95), denuncia que, nas universidades americanas, o valor acadêmico começa a ser aferido, em grande parte, em concordância com as determinações daquilo que o politicamente correto institui. O cânone avaliativo desloca-se. Em vez de considerar critérios estritamente acadêmicos, são fatores étnicos, sexuais e sociais que se impõem. Deste modo, segundo Bloom, “a aceitação do teste de valor para uma obra literária (...) resume-se à pergunta: a autora é mulher? O autor é americano-asiático ou americano-‘nativo’?”. Em sua opinião, esta subversão da relação acadêmica instala uma “insanidade”, pois submete a academia a fatores que nada lhe dizem quanto ao valor.

Também a atividade artística (principalmente na indústria cinematográfica) começa ser pressionada a conduzir-se pela cartilha do politicamente correto (filmes como **Pocahontas**, ou **Dança com Lobos**, são bons exemplos disso). Seguindo este tipo de critério avaliativo, filmes como **Nascido para matar**, ou **Meu ódio será tua herança** podem ser estigmatizados, ou até execrados, como politicamente incorretos. Mas a pergunta que se impõe é de outra natureza: será doravante este o valor intrínseco pelo qual as obras de arte deverão ser apreciadas? Se for sim, então, o acervo artístico da humanidade será reduzido, em sua maioria, a atentados ao politicamente correto. Ou ainda, partindo de uma perspectiva histórica: devemos ocultar/modificar uma série de fatos porque atentam ao politicamente correto? Há um outro bom exemplo desta paranóia emergente. Há uma nota editorial na revista TEX n. 266, em cujo episódio, **O escravo branco**, narra-se uma caça à baleia, a qual só pode ser atribuída ao receio da editora ser tachada como politicamente incorreta. Nesta nota, o editor, desculpando-se, apressa-se a observar que à época em que se passa a história (séc. XIX), a caça à baleia não representava risco à sobrevivência da espécie, mas que atualmente “todos sabemos que tal ato é um verdadeiro crime contra a vida” (p. 66).

Isto lembra uma outra faceta da hiperbolização do politicamente correto, em que se enquadram os julgamentos anacrônicos de personagens históricas, como o de Cristóvão Colombo, por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento da América, sob a acusação de ter cometido crimes étnicos e ecológicos, etc. Ou ainda, quando ecomilitantes interferem, em nome da preservação de espécies, no modo de vida de populações ribeirinhas e/ou indígenas, reprimindo seus hábitos alimentares ou pretendendo reeducá-las segundo o cânone politicamente correto.

O caráter discricionário da prática social e discursiva do politicamente correto manifesta-se na auto-instituição do movimento em árbitro daquilo que deve ou não deve ser dito, escrito, pintado, filmado, comido. Em sua forma mais intransigente de atuação, atinge o direito à expressão individual, do que resulta um novo desequilíbrio. Neste caso, fica-se à mercê de grupos que a si mesmos se atribuem uma missão salvadora, que se imbuem de fazer o resgate social (cf. o teor, algo messiânico-repressivo, das campanhas anti-tabagismo, por exemplo). É com essa característica de patrulhamento estritamente censório e intolerante com que, por vezes, se reveste o movimento pelo politicamente correto, que o pensador alemão Hans Ulrich Gumbrecht (em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada em 03.07.1995) mais se preocupa, dada a facilidade com que movimentos deste tipo descambam para a intransigência dogmática, e para o sectarismo.

Uma das formas de combate a que os adeptos do politicamente correto recorrem com maior frequência, é a substituição de termos “marcados”, por outros que sejam “neutros”, pelo menos segundo a cosmovisão derivada da ética politicamente correta. Com esta estratégia, tentam modificar o comportamento social discriminatório de grupos hegemônicos (aqueles que melhor representam a supremacia do homem, dos brancos, da racionalidade e do saber ocidentais) e de suas formas estigmatizantes de linguagem. Vejamos como isso se processa.

O ideário de substituir palavras, consideradas incorretas, por outras, ou por paráfrases, corretas, parte do pressuposto de que aquilo que as palavras significam lhes

é imanente. Ou, que nas palavras há um sentido original, puro; que este sentido atua como um ato mágico na enunciação das palavras; do que resulta conceber as palavras como sendo neutras em si mesmas. As palavras passam, finalmente, concebidas como desprovidas de história ou de ideologia. É esta concepção que possibilitaria a ilusão de que é possível o emprego de palavras não-marcadas. Entretanto, se o que diz Castoriadis (op. cit.:379) for correto, então “não existe linguagem transcendental ou pura, sendo a idéia de um tal uso contraditória em si mesma”. E, neste caso, somente na história social é possível encontrar a explicação do que as palavras significa(ra)m em cada um de seus momentos e situações de uso (complexo de formações discursivas, imaginárias, ideológicas), relativas às diversas posições enunciativas (papéis sociais, filiações políticas, etc.) que os sujeitos ocupa(ra)m.

Uma das contribuições da AD à análise de enunciados é a de ter estabelecido que a língua se reclama de uma espessura opacificadora do sentido, que elude o sujeito e, simultaneamente, cria a ilusão de que há transparência quanto à significação. Isto significa dizer que o sujeito se ilude ao julgar que detém a posse da palavra e de sua trama de sentidos. Para a AD, os atos discursivos não contêm nada que seja despossuído de significância. Contudo, para que a análise possa atingir a formação dos efeitos de sentido é preciso, antes de qualquer coisa, atravessar esta opacidade, dissimulada em transparência.

Os sentidos, por sua vez, não importa se socialmente marcados como positivos ou como negativos, não se encontram contidos nas palavras (considerando o termo contido como equivalendo a conteúdo, inerência, imanência). Eles são estabelecidos na rede das formações e das práticas discursivas, a que se encontram submetidos, e no jogo das posições discursivas dos sujeitos (enunciadores e enunciatários), enquanto partícipes da arena da linguagem. Isto quer dizer que o sentido independe, igualmente, das intenções dos sujeitos. Aliás, positivo e negativo são já cristalizações decantadas de posições socioculturais.

A busca pelo sentido (original, verdadeiro, literal) das (sob/nas) palavras comparece como uma obsessão alucinatória recorrente que sonha decifrar um sentido que não esteja submetido ao jogo (à linguagem) e à ordem do signo, que sonha com o sentido como “presença plena, o fundamento tranquilizado, a origem e o fim do jogo” (Derrida, apud Henry, 1990:28-29). Como se houvesse um sentido puro que, à medida em que as palavras ingressassem no fluxo da história (como se tivesse havido um sentido, ou uma palavra, antes da história), se fosse maculando, modificando-se no mundo dos homens, através dos usos e das trocas linguageiras. O sentido original que se oculta (incólume, incorruptível) na heterogeneidade sgnica ou sêmica do jogo discursivo, e o qual é mister descobrir, tornar inteligível, teorizável, matematizável, interpretável. Com relação à esta busca pelo sentido exato, último, é bastante ilustrativo o livro de Darcy Ribeiro, intitulado **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. Nesta obra, o autor explicita ter-se imposto a missão de encontrar, dentre os muitos sentidos que são atribuídos ao Brasil, aquele que seria o seu verdadeiro sentido, a fim de torná-lo teorizável e inteligível: visível.

Entre os adeptos do politicamente correto, como materialização desta ambição pela palavra neutra (a-histórica), e como elemento de suporte de sua fraseologia, o

apelo à etimologia é freqüente, pois esta comparece como a medida de aferição do sentido primevo. Contudo, com relação à etimologia devem ser ressaltadas duas observações: a) nada garante a univocidade ou a monossímia do sentido que a etimologia oferece (por exemplo toda a discussão sobre o termo **mulato**: é originário de **mula**, ou do árabe **mohalát**, significando **mestiço**?); b) fica obliterado que o valor de uso/troca da palavra transforma-se na história (por exemplo o verbo **foder** que, em latim, significava **cavar**). Há também recurso a outros procedimentos linguísticos: ao neologismo, ao eufemismo, às paráfrases descritivas. E neste campo há variadíssimos exemplos a merecer análise. Vejamos alguns:

Negro: Afro-X (descendente, americano, brasileiro)
Cachorro: Companhia não-humana
Adúltero: Indivíduo casado com atividade sexual paralela
Prostituta: Prestadora de serviços sexuais
Baixo: Indivíduo verticalmente prejudicado
Feio: esteticamente diferente
Gordo: horizontalmente avantajado
Pobre: economicamente prejudicado
Judeu: pessoa do povo eleito

Alguns desses exemplos merecem um comentário analítico. O caso da substituição de **baixo** por **indivíduo verticalmente prejudicado** apresenta-se como um bom argumento para demonstrar que a mera troca fraseológica não elimina o preconceito. Ou melhor, que o preconceito já está incrustado na própria concepção da substituição. **Verticalmente prejudicado** filia-se, através do uso da palavra prejudicado, a um pré-construído preconceituoso em relação aos indivíduos de baixa estatura. O mesmo vale para o par **feio:esteticamente diferente**. Neste caso, a aplicação de **diferente** implica que houve um desvio do padrão estético vigente. Só é diferente porque causa estranheza. No caso do par **judeu:pessoa do povo eleito** a expressão **pessoa do povo eleito** discrimina os demais povos da terra, por não terem merecido ser eleitos.

A mera substituição de **negro** por **afro-x**, do ponto de vista discursivo, deixa em aberto as seguintes questões:

- a) Como denominar os negros que não são de descendência africana?
- b) O termo afro-descendente se aplica aos africanos de cor branca?
- c) Afro-x seria aplicável a indivíduos africanos de origem árabe (algerianos, egípcios, marroquinos)?
- d) A quem o termo afro-x se refere ao ser enunciado? Que objeto do mundo real preenche os requisitos do nome afro-x? Ora, ele só satisfaz plenamente às condições de sentido se tiver como referência, no mundo real, aqueles indivíduos de cor negra historicamente relacionados à expansão mercantil da Europa, aqueles que foram

arrancados da África na condição de escravos. Neste caso, este termo é de aplicação restrita, histórica e socialmente marcado, pelo interdiscurso e pelos efeitos de sentido que o acompanham. Sendo assim, ele é, em última instância, preconceituoso, discriminatório.

Estes exemplos demonstram que apenas mudar o rótulo não implica necessariamente em mudança na formação do sujeito do discurso, nem tampouco altera o fato/efeito sócio-cultural. Em Possenti (op. cit.) encontra-se uma discussão interessante e mais aprofundada sobre este assunto.

Ora, o cerne da questão não reside, inerentemente, no nome das coisas. Se assim fosse, a solução proposta pela ética do politicamente correto seria perfeita: bastaria renomear o mundo para fazê-lo melhor. Parte desta questão se localiza no processo de categorização e em suas implicações sociais. O problema não é que esta ou aquela pessoa seja feia, ou gorda, baixa, negra, judia, pobre, etc. O problema tem suas raízes no fato de que a sociedade atribui critérios avaliativos para essas categorias, que podem ser lesivos aos seus integrantes (por exemplo, na seleção de emprego). Sob este aspecto, a simples troca de nomes não implica necessariamente em anular as categorias sociais, nem tampouco os valores que lhes são atribuídos.

Com relação à constituição de uma fraseologia politicamente correta e à busca pelo inencontrável (mudar a ordem e a fraseologia do mundo), e à mudança de valores que essa fraseologia/busca implica, pode-se dizer que ela assenta tão-só numa pressuposição equivocada de uma ética e de uma ação política. Equívoco gerado pela ilusão de que para mudar o mundo é suficiente mudar a maneira de nomeá-lo, que bastaria trocar uma fraseologia por outra. Imbuídos deste instrumento de luta, os adeptos do politicamente correto “esquecem-se, porém, que apenas lhes opõem uma outra fraseologia, e que não é lutando contra a fraseologia de um mundo que se luta com o mundo que realmente existe” (Marx & Engels, op. cit.:17).

Se a ética politicamente correta tiver de ser levada seriamente a suas conseqüências últimas, em sua radicalidade constitutiva, redundará em uma prática social e política inexequível. Revelar-se-á uma contradição em seus próprios termos, configurar-se-á em uma condição que, por definição, jamais poderá ser satisfeita.

Qualquer indivíduo, ou segmento social, poderá, valendo-se desta ética, sempre e em qualquer circunstância, alegar razões sobejas para exigir reparações (propor embargos e/ou outras ações legais) por sentir-se lesado em seus direitos básicos (individuais e/ou coletivos) face a uma obra artística, uma reportagem, um gesto ou uma palavra.

Uma vez que o processo sócio-histórico não comporta, por definição, sentidos isentos, como detectar e instituir a palavra correta? Não importa quão aparentemente descompromissada, a palavra correta será sempre sujeita às seguintes perguntas: correta quando?, onde?, para quem?, a partir de que posição enunciativa?, a qual interlocutor? Não importa o quanto se busque, jamais será encontrada a palavra em si mesma correta, para todo o sempre, para todos.

A língua, enquanto discursividade, é um meio do sujeito falante se localizar no tempo, no espaço, em seu meio social e em sua individualidade. Por isso, também,

qualquer que seja o termo (palavra, expressão) consignada como politicamente correta, representará, em primeira e última instância, um sentido relacionado a um ponto de vista particular. Esta particularidade pode tornar-se, pela imposição de uma força dominante (um bloco hegemônico, por exemplo), como representativa dos demais segmentos da sociedade. Neste caso, a representação desses segmentos se subjugará à representação dominante.

Em sua radicalidade, a ética do politicamente correto encontra-se num labirinto sem saída. Trata-se, finalmente, de uma ética que “se devora a si mesma, [de] um maniqueísmo que critica o maniqueísmo, [de] uma censura feita só de ‘respeito às liberdades’, [cria] a mais intolerante das tolerâncias” (Coelho, op.cit.:10).

Enfim, esta busca pela purgação dos aspectos socialmente negativos da sociedade (o machismo, o sexismo, o racismo, etc.), através do uso de uma linguagem correta, na qual os sentidos sejam neutros e inofensivos (quanto à formação ideológica, quanto ao que reflete/refrata da história social individual), confere ao comportamento dos militantes do politicamente correto um caráter de missão. Este tipo de atitude levanta, por seu turno, a questão de saber se os pressupostos de limpeza lingüística (é preciso indagar se é possível, ou desejável, o desencadeamento de um tal processo de limpeza?) já não constituem, por si só, uma atitude discriminatória, que tem como corolário a institucionalização de uma censura “de conversão”? Não há respostas fáceis (nem vou procurar encontrá-las aqui). Creio, como é natural, que nem mesmo os adeptos do politicamente correto têm uma noção clara da complexidade que este movimento implica.

Esta pretensão à linguagem pura contém, por seu turno, como pressuposto, um apelo aos bons sentimentos, à boa intenção do sujeito falante. O pressuposto é de que basta a boa intenção, haurida do bom sentimento individual e social, para que a expressão correta se materialize. Via de regra, apelam-se aos eufemismos. Todavia, o eufemismo é uma prática discursiva e, como tal, sujeita aos jogos dos efeitos de sentido. Como estabelecer um controle higiênico que depure o bom sentido do mal sentido (é preciso não esquecer que o sentido é rede de remissões, magma)?

Se o signo lingüístico, enquanto materialidade do ideológico, como diz Bahktin (1979), reflete e refrata a realidade (imaginária, ideológica), então não há nenhuma instância da linguagem (do discurso, para ser mais exato) que se apresente como transparente para o sujeito. Não há consciência transparente do ser social, uma vez que o trato ideológico lhe é inacessível.

Mas então de onde vem a certeza que sustenta um indivíduo poder afirmar EU SOU ISSO? Este EU é concebido como aquele que manifesta um saber (uma consciência) de si, ainda que, ao mesmo tempo, seja esta mesma consciência que o opacifique em relação ao inconsciente (o sujeito). Desta forma, pode-se dizer que este EU, que amarra a deriva do sujeito, se revela, para o agente social, uma falsa consciência, aquela oferece uma ilusão de homogeneidade à heterogeneidade do sujeito do desejo inconsciente. Com base neste modelo, é igualmente possível pensar, em

relação à ideologia, a manifestação de uma falsa consciência⁵ (a consciência que um ser social manifesta em relação ao seu assujeitamento) que permite aos indivíduos terem de si mesmos uma determinada imagem (aquela que cada EU tem de si mesmo e do outro), que os faz inteligíveis a si mesmos, que os torna explicáveis e que, finalmente, lhes garante (legítima) poder enunciar: EU SOU!

Com relação a esta questão, é interessante observar o que diz Florestan Fernandes (em entrevista à Folha de São Paulo, publicada no Caderno Mais de 20.08.1995) sobre a opacidade. Diz ele que “as classes dominantes, em virtude da ‘opacidade da consciência burguesa’ obliteram...”. O diagnóstico está correto: há uma opacidade estrutural que elude o olhar. Entretanto, o que chama a atenção nesta fala é a sugestão de que a falsa consciência, a opacidade, seja característica de uma determinada classe social. Sugere, igualmente, que poderia haver uma classe livre desta opacidade. Ora, de fato, a opacidade não se restringe a esta ou àquela classe social, mas é característico do sujeito enquanto integrante de uma sociedade.

Essa opacidade (com seu efeito de falsa consciência) é um efeito ideológico. Uma das funções da ideologia é fazer com que os sujeitos sejam capazes de, por si mesmos, reconhecerem-se, nas relações sociais, como pertencendo a lugares determinados. É através deste reconhecimento que os sujeitos desempenham os papéis que lhes competem na sociedade. É, por conseguinte, pelo fato do sujeito ocupar esta ou aquela posição, acrescido da constatação de que o sujeito não pode, por seu livre arbítrio, alterar essa determinação, uma vez que não domina nem o inconsciente, nem a ideologia, que deve ser entendida a sua prática discursiva. Daí, igualmente, poder-se compreender que, para um sujeito determinado, o seu discurso não possa ser outro, devido a sua filiação a uma formação ideológica determinada. Por exemplo, a prática discursiva do jornal O Globo não pode ser outra diferente da que manifesta um efeito reprodutor da ideologia dominante.

Dito isso, fica evidente que não há movimento de desideologização, que não há purgação possível da ideologia (a não ser como ilusão causada pelo ideológico), nem tampouco um estar-se fora dela. E que, portanto, as palavras jamais serão isentas do jogo.

2.2. Um jornal politicamente (in)correto

As várias considerações acima compõem um quadro reflexivo no qual se esboça um contorno para um entendimento acerca do discurso politicamente correto.

A partir deste quadro, procurarei, a seguir, levando em conta o caráter autoritário e censório deste tipo de discurso, analisar um exemplar discursivo, que se constrói apropriando-se da fraseologia e dos valores éticos do movimento pelo politicamente correto, concernente ao enunciado propagandístico veiculado pelo jornal O Globo no dia 16.7.95. Trata-se de uma jogada de marketing, induzindo os consumidores à leitura dos produtos que o jornal oferece, cujo efeito discursivo principal afeta duas frentes

⁵ A **falsa consciência** é entendida aqui não como aquela que é falsificada, ou mesmo falsificável. Mas como aquela que se apresenta para imagem (representação) que o sujeito tem de si mesmo, via a categoria do Eu, e que, por isso mesmo, dissimula e o elude.

concomitantemente: a do leitor (que se deseja identificar com atitudes politicamente corretas) e a do próprio jornal (que se apresenta como uma instituição politicamente correta).

O enunciado (em página interna e em box) “**politicamente incorreto é não ler ‘Panorama Político’ (Tereza Cruvinel) todo dia no Globo**”, em seu efeito de transparência (o imediato), chama a atenção do leitor para uma articulista e sua coluna diária sobre fatos (panorama) da política brasileira e para a importância de sua leitura, como forma do leitor ficar bem informado sobre o assunto.

Há aqui vários pontos da materialidade lingüística (enunciativa) desta peça propagandística que merecem comentários: a) a sua construção como enunciado definicional (X É Y) na negativa; b) o apelo ao politicamente correto como marketing e, por último, c) o título da coluna.

a) X É Y

O enunciado se apresenta no formato de uma definição, ainda que, para obter um efeito de impacto sobre ser politicamente correto, tenha colocado “politicamente incorreto” na posição inicial. Essa inversão não tem caráter meramente estilístico. Há, por certo, um efeito de sentido neste procedimento. Destacar “politicamente incorreto” implica em direcionar o olhar do leitor para o que está sendo definido como tal. Ao mesmo tempo, estimula, no leitor, atuando sobre sistemas de valor (quem deseja ser execrado como politicamente incorreto ao olhos públicos?), para a leitura da coluna sob o argumento, subliminar, de que sua leitura promove dois efeitos de bem-estar: estar bem informado e ser politicamente correto.

Outro efeito discursivo obtido pelo enunciado reside em sua forma negativa. Não está afirmado que ler a coluna é politicamente correto. Diz: politicamente incorreto é não ler. Em primeiro lugar, põe em evidência o aspecto negativo: é incorreto não ler. Ora, o efeito deste movimento de negativas (INcorreto, NÃO ler) é reforçar, no leitor, a aversão (por causa das pressões sociais) pelo que de negativo possa haver em seu comportamento social: não ler X é politicamente incorreto. Daí o impacto extremamente eficiente da propaganda que induz o leitor a adotar o comportamento esperado pela propaganda: ler a coluna indicada. Em segundo lugar, a escolha da forma de dupla negativa produz um efeito de positividade pelo jogo de anulação da dupla negação: se INcorreto é NÃO ler, então correto é ler. Eis um efeito dos mais interessantes que ultrapassa a simples filigrana estilística pois manifesta um jogo de efeitos discursivos cuja eficácia (forma definicional, dupla negativa e apelo ao imaginário do leitor) é, seguramente, elevada.

b) Politicamente (in)correto é (não)ler

Aqui encontra-se o cerne do efeito discursivo deste enunciado: o apelo à interdiscursividade (todo o complexo de enunciados sobre politicamente correto), apelo ao imaginário do leitor (ficar bem informado, apego à confiabilidade institucional, estar

em acordância com o que há de mais **cult** na atualidade (pós-modernidade?): ser politicamente correto.

Mediante a sua inscrição numa interdiscursividade acerca do politicamente correto, o enunciado em questão faz inserir o jornal (e suas colunas) no âmbito das coisas desejáveis por serem politicamente corretas. Este efeito só poder ser produzido (e entendido) se for levado em conta a construção da imagem do movimento politicamente correto. É preciso recordar que algumas das bandeiras do movimento pelo politicamente correto são: uma manifestação de minorias que se organizam e que reivindicam da sociedade um tratamento não discriminatório; uma luta, em conseqüência, por uma linguagem não marcada; uma independência das ideologias; a correção de atitudes, etc. É sobre este efeito de imagem que o enunciado (que se apropria da bandeira do movimento) atua. Ao fazer apelo ao politicamente correto, o jornal se coloca como isento de interesses políticos (e de ideologias), como aquele que oferece ao leitor informações imparciais (não marcadas, desideologizadas), confiáveis, enfim; um jornal que não discrimina nenhum segmento social (ou político) e que, portanto, se alinha politicamente correto.

Ora, não é desconhecido que o jornal O Globo (um dos empreendimentos de que se compõe o sistema Organizações Globo) é alinhado/aliado do sistema político-econômico hegemônico no Brasil, do qual atua como porta-voz oficioso, com um rígido controle de qualidade que filtra as impurezas das informações que veicula. É a partir desta sua posição social, histórica e jornalística que a sua propaganda deve ser observada. Para poder criar uma imagem de politicamente correto, o jornal oculta suas ligações com as instituições dominantes da sociedade brasileira, dissimulando, igualmente, a gama de interesses que subjazem ao tipo de jornalismo que produz e que fundam a sua ética. E é, ao simular-se, por apropriação indevida, politicamente correto, que o jornal O Globo se revela politicamente incorreto.

c) Panorama político

O título da coluna é expressivo do seu conteúdo. Não se trata de artigos analíticos sobre um assunto/aspecto da política nacional. Trata-se, sim, de notas/comentários sobre diversos assuntos políticos, nos quais a palavra **governo** ocupa posição de destaque (e isto é significativo!): o governo começou, o governo se prepara, por exemplo. Há também notas sobre o presidente (o que disse ou fez), sobre os partidos políticos (assuntos de corredores do congresso nacional), sobre deputados, senadores, ministros e pessoal dos diversos escalões governamentais. Em suma, um mosaico de notas sobre a política atual que compõem, como o título da coluna indica, um panorama (grande quadro que permite uma observação como se de fora e em abrangência). Este panorama constrói discursivamente efeito de respeitabilidade jornalística.

3. A DANÇA, AFINAL, DOS SENTIDOS

Procurei ao longo deste trabalho, com o auxílio do instrumental proporcionado pela AD, examinar, em alguns de seus aspectos, o discurso politicamente correto e, em especial, um enunciado propagandístico do jornal O Globo a respeito de uma de suas colunas diárias.

Ao examinar o discurso politicamente correto, destaquei o seu caráter de discurso autoritário não apenas pela sua forma enunciativa mas igualmente pelas ações, em geral censórias, que faz incidir sobre aqueles que desobservam aquilo que os adeptos do movimento definem como correto. Ficou claro que este movimento apresenta-se complexo e que não deve ser reduzido a um de seus derivativos e campos de ação. Como também ficou claro que uma de suas frentes de luta apresenta-se como delírio desalucinatorio⁶, isto é, insiste em tornar ausente o que está sempre presente. Refiro-me, neste particular, à missão de encontrar as palavras perfeitas, isentas de ideologia e, por conseguinte, de história.

O fato do movimento se originar da organização de segmentos desfavorecidos face a grupos dominantes, aos quais procura dar voz e representação, e de se orientar para uma depuração dos comportamentos sociais, em especial a linguagem, não evita, no entanto, que, por conta de ranços históricos ou por falta de melhores informações, haja uma exasperação (uma insanidade, segundo Harold Bloom) que leva os seus adeptos às raias do absurdo, como a querer trocar o termo **history**, porque a sílaba inicial assemelha-se ao pronome **his** (dele), ou ao estabelecimento de um cânone de valores estéticos que passe, em primeiro lugar, pela identificação étnica e sexual do autor.

Claro que isso é, por sua vez, uma reação ao cânone tradicional que vem valorizando historicamente tipos determinados (dominantes) de autores (personagens históricas). Cânone no qual, aliás, Bloom se inscreve. Na perspectiva dos que seguem este cânone, a literatura escrita é melhor que a oral, a de autores metropolitanos que a de coloniais, a de homens que a de mulheres, a de brancos que a de negros ou índios. Entretanto, a proposta de prática social dos adeptos do politicamente correto, do mesmo modo que o fazem quanto à fraseologia, reduz-se, em última instância, a uma inversão desses valores (o que era positivo vira negativo e vice-versa: ser homem, branco, ocidental torna-se passível de valorização negativa; a literatura, supostamente, lésbica melhor que a, supostamente, machista, etc.). Visto que o cerne da questão histórico-social não reside na troca ou manutenção desses valores, o reordenamento pretendido pelos militantes do politicamente correto se esboroa e se reduz à mera fraseologia.

O afã desideologizante do movimento, que se materializa, numa de suas instâncias, na busca pela palavra com sentido original, fora da ideologia e da história,

⁶ O termo **desalucinatorio**, da forma como está sendo empregado neste contexto, remete a Cornelius Castoriadis (op. cit.). Se a alucinação representa um investimento, mediante o qual o sujeito busca cobrir um déficit (ex.: a perda do objeto do desejo é compensada, no/pelo sujeito, através da presentificação da imagem deste objeto, por sua representação). O processo alucinatorio torna presente aquilo que falta ao sujeito. Já o processo desalucinatorio equivale a um investimento oposto. Trata-se de despresentificar o objeto possuído, torná-lo ausente na representação que o sujeito tem deste objeto. Tomado pela desalucinação, o sujeito busca, sem jamais encontrar, o objeto (o real?) que o próprio sujeito tornou ausente.

assumindo que deste modo altera a relação assimétrica entre interlocutores (quando, de fato, essa assimetria resulta de processos sócio-históricos), produz-lhes uma consciência que os opacifica (um esquecimento) para o fato de que não é possível sair da ideologia, que uma posição fora da ideologia só se efetua como efeito da imersão em outra ideologia. E que o sentido pertence à história e, por sua vez, que a produção dos efeitos discursivos do sentido relaciona-se diretamente às várias posições dos interlocutores (suas formações discursivas, ideológicas, etc.).

A implicação disso, é que não basta trocar as palavras para retirar da sociedade seus ranços preconceituosos (trocar negro por afro-brasileiro, por exemplo. Daí, o cronista Macaco Simão, da Folha de São Paulo, ter proposto que a jogadora Pretinha, da seleção brasileira de futebol feminino, passasse a ser politicamente correto chamada de Afro-brasileirinha). Em muitos casos, ao contrário, o preconceito se expressa ainda mais fortemente no termo politicamente correto. É o caso de “verticalmente **prejudicado**” para designar indivíduo de baixa estatura. Ou, de igual monta, propor a troca de **homem** e **mulher**, por **humano com pênis** e **humano sem pênis**, respectivamente. Ora a definição de com e sem pênis apresenta um conjunto de preconceitos: 1) toma o pênis (presença versus ausência, como definidor, logo, filia-se à prevalência do masculino; 2) nomeia o órgão sexual masculino, mas silencia sobre o feminino; 3) coloca a mulher como sendo definida por aquilo que lhe falta (?) e não por aquilo que ela tem.

Em outros casos, a proposição de termos supostamente assépticos (termos técnicos) elude o fato de que se está apenas mudando de esfera (por exemplo, homossexual ou homoerótico, para identificar indivíduo com preferência sexual por indivíduo do mesmo sexo), que a aparente assepsia revela apenas uma outra posição enunciativa.

A propaganda do jornal O Globo atua, para efeitos de marketing, acertadamente, sobre a ética pelo politicamente correto que luta para eliminar assimetrias sociais, que enseja a nomeação da palavra isenta, fora da ideologia. Assim agindo, manipula o interdiscurso e o imaginário do leitor, induzindo-o a acreditar que o jornal lhe oferece um produto de acordo com o cânone politicamente correto. Assim, o jornal se vende como aquele que, além de produzir trabalhos jornalísticos de qualidade, os faz isentos de interesses políticos, e livres de qualquer ideologia. Através da apropriação do jargão do movimento pelo politicamente correto, o jornal busca criar, no leitor como consumidor, uma auto-imagem moldada na manipulação de retalhos deste movimento.

É a construção dessa rede de sentidos no discurso e no interdiscurso que confere eficácia discursiva ao enunciado propagandístico em apreço. Neste particular, destaca-se, igualmente, a construção frasal do enunciado, através do qual certos efeitos de sentidos são obtidos. Isto é, o efeito discursivo é obtido pela materialidade lingüística do enunciado, mas igualmente pelo que este apela, na interdiscursividade, ao imaginário do interlocutor (no caso, o leitor de jornal). E é justamente neste encontro de sentidos que a propaganda cria a imagem do jornal como politicamente correto.

É que ao final, todas as relações sociais se inscrevem numa rede in(de)terminável de produção de efeitos de sentido, criação e instituição de (auto-)imagens para uso e troca, jogo ou ciranda de ideologias: discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1979.
- BLOOM, Harold. Entrevista ao Caderno Mais. **Folha de São Paulo, Caderno Mais**, 06.08.1995.
- BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- COELHO, Marcelo. Contos de fada satirizam correção política. **Folha de São Paulo: Ilustrada**, 23.07.1995:10.
- FERNANDES, Florestan. Entrevista ao Caderno Mais. **Folha de São Paulo, Caderno Mais**, 20.08.1995.
- GUMBRECHT, Ulrich. Entrevista ao Jornal do Brasil. **Jornal do Brasil**, 03.07.1995.
- HENRY, Paul. (1990). Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In. GADET, F. & HAK, T. (1990). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, pp. 23-38.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa, Editorial Presença. (Vol. I, 3a ed.), s.d.
- ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. Campinas, Pontes, 1987.
- POSSENTI, S. **A linguagem politicamente correta e a análise do discurso**. Campinas. (a ser publicado pela Rev. de Estudos da Linguagem, FALE-UFGM), 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras.
- TEX n. 266**. Rio de Janeiro, Globo. (Episódio: O escravo branco. Texto de G.L. Bonelli; desenho de C. Villa), 1991.
- VEJA**. Edição 1459, ano 29(35):53-54, de 28 de agosto de 1996.